



1 **PLENÁRIO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE**
2 **Ata da 3ª Assembleia Ordinária, realizada em 30 de Agosto de 2018**
3

4 Em 30 de agosto de 2018, reuniu-se o Plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde,
5 no Salão de Festas Souza e Oliveira, Rua Joaquim José Ribeiro, nº 101, Centro, Itanhandu- MG
6 às 9:00 horas. Compareceram os seguintes titulares e suplentes: SOCIEDADE CIVIL: Ana
7 Paula Moreira de Faria - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES-
8 MG; Stella Souza Guida e Virgínia Siqueira Barros – Instituto SuperAÇÃO; Maria Antônia W
9 Muniz Barreto Siqueira – Sociedade Amigos do Parque das Águas AMPARA; Carlos Roberto
10 da Cunha Martins e Esmeralda Paixão – Centro de Consciência e Cidadania Casa da Colina;
11 Marcos Antônio Rodrigues e Larissa Castro Guimarães – Organização Não Governamental
12 Nova Cambuquira; André Luiz Teixeira Pinto – Associação Terra das Águas; Daiane Fernandes
13 Pereira – Agência Regional de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Grande; Victor Torres Brito
14 – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais. PODER PÚBLICO
15 ESTADUAL: Luiz Carlos Rangel de Carvalho – Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – 6ª
16 Cia PM IndMat; Filipe Lopes Chaves – Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas
17 Gerais – CODEMIG; Júlio César de Carvalho e Almeida – Instituto Mineiro de Agropecuária;
18 Allan de Oliveira Mota – Instituto Mineiro de Gestão das Águas; Demétrio Junqueira
19 Figueiredo – Secretaria de Estado de Saúde; Renata Fabiana Alves Dutra – Secretaria de Estado
20 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Aline Laura Alves – Fundação Estadual do
21 Meio Ambiente. PODER PÚBLICO MUNICIPAL: Kleber Vieira Ferreira e Marcos Antônio
22 Cristiano Pereira – Prefeitura Municipal de Baependi; Valter Lúcio de Oliveira e Fagner
23 Fernandes da Silva – Prefeitura Municipal de São Lourenço; Beatriz Kohn Passos – Prefeitura
24 Municipal de Três Corações; Álvaro José Junqueira Coli – Prefeitura Municipal de Carmo de
25 Minas; EruinMartuscelli Ribeiro e José Aldair Marinho – Prefeitura Municipal de Itanhandu;
26 Mariana de Paula Ramiro – Prefeitura Municipal de Pouso Alto; Paulo Henrique Leoni Freitas –
27 Prefeitura Municipal de Itamonte. USUÁRIOS: José Pinto de Souza Neto – Mantiqueira
28 Alimentos LTDA; Laene Fonseca Vilas Boas – Federação das Indústrias do Estado de Minas
29 Gerais; Samuel Marques Moraes – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lambari; Luís
30 Carlos Lemes – Companhia de Saneamento de Minas Gerais; Frederico Ferreira Vasconcelos e
31 Antônio Sérgio Lima Silveira – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Lourenço; Valter
32 Cândido Souza – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Três Pontas; Katywscya Diniz
33 Pereira – Nestlé Waters Brasil Bebidas e AlimentosLtda; Dênio Drummond Procópio – Cemig
34 Geração e Transmissão S.A.; José Nestor Checlsi – Sindicato Rural de Três Corações e São
35 Bento Abade. **Execução do Hino Nacional Brasileiro:** Não houve. **ASSUNTOS EM PAUTA:**
36 **I. Abertura da sessão e verificação de quórum:** A Sra. Stella Guida, Presidente do Comitê de
37 Bacia Hidrográfica do Rio Verde – CBH Verde, iniciou a reunião agradecendo a presença de
38 todos os Prefeitos, conselheiros e demais convidados, em especial à Secretaria Municipal de
39 Meio Ambiente de Itanhandu, que deu todo o apoio à realização da reunião, bem como ao
40 Instituto SuperAÇÃO, que recebeu o comitê como sede provisória. A Sra. Stella verificou então
41 a composição do quórum, sendo: os titulares com direito a voto presentes 26 representantes; dos
42 suplentes com direito a voto estavam presentes 6 representantes; e os representantes sem direito
43 a voto somaram 7 representantes. A Sra. Stella agradeceu muito aos esforços da Sra. Marília
44 Carvalho de Melo, Diretora Geral do IGAM, para estar presente na reunião. A Presidente
45 ressalta que os Prefeitos dos 31 municípios que compõem a bacia foram convidados a
46 comparecer, convite extensivo aos Secretários responsáveis pela área ambiental nas prefeituras.
47 Ela enfatiza que a gestão da bacia é realizada na prática pelas Prefeituras Municipais. O Sr.
48 Evaldo de Barros, Prefeito Municipal de Itanhandu é convidado a se pronunciar, dando bom dia
49 a todos e agradecendo a Sra. Stella e às demais autoridades presentes. O Sr. Evaldo enfatiza a
50 importância das medidas para proteção das águas e relembra uma reunião no passado,



51 conduzida pelo Sr. Sérgio Mário Regina, que fundou o comitê e dedicou toda a vida na defesa
52 da bacia, sendo realmente um entusiasta na causa do Rio Verde. A Sra. Stella pede licença para
53 quebrar o protocolo e solicita que a fala da Sra. Marília seja a primeira, pois ela tem um
54 compromisso em Belo Horizonte e precisará sair em viagem. **II Leitura e aprovação da ata da**
55 **reunião anterior:** Não houve. **III Apresentação: Monitoramento e qualidade das águas na**
56 **Bacia do Rio Verde:** A Sra. Marília toma a palavra, agradecendo a todos e falando sobre as
57 belezas da região. Ela ressalta que a presença do IGAM junto aos comitês e às Prefeituras
58 Municipais é o que realmente tem capacidade de mudar a realidade das bacias. Ela informa que
59 a Bacia do Rio Grande é prioritária para o IGAM e fala da importância de integração dos Planos
60 de Bacia com os Planos Municipais. A Sra. Marília inicia a apresentação com informações sobre
61 porcentagem outorgada de águas, análise de demanda e disponibilidade, tendência de melhora
62 ou piora do IQA na bacia, gráficos de pluviosidade e a série histórica da bacia desde 2001.
63 Levanta questões como a cobrança pelo uso da água, o repasse do recurso aos comitês e a
64 concessão de outorgas; uma questão importante na bacia é o impacto nas águas superficiais da
65 exploração de água subterrânea, que ainda não possui um monitoramento. A Sra. Marília
66 informa que, segundo os dados oficiais, existem mais pedidos de outorgas de águas superficiais
67 do que de águas subterrâneas – realidade da Bacia do Rio Verde é a principal contribuição para
68 a piora do IQA é a E. Coli, proveniente do esgoto não tratado. A tendência é de piora na
69 qualidade da água da região. Ela frisa que foram gerados dados que atestam sobre a
70 contaminação por cianeto, que precisa de investigações mais específicas para indicar as fontes.
71 A Sra. Marília encerra a apresentação e se coloca absolutamente à disposição para detalhar os
72 dados. A palavra é passada ao Secretário de Meio Ambiente de Itanhandu, o Sr. Eruin, que fala
73 sobre a ativação de pequenas Estações de Tratamentos de Esgoto – ETEs nas áreas rurais e
74 ressalta os problemas na bacia causados pela falta de tratamento do esgotamento sanitário. **IV**
75 **Capacitação do Comitê: O que é? O que faz?** A Sra. Stella informa que a gestão do CBH
76 Verde acabou de mudar e, apesar de algumas instituições terem grande tradição dentro do
77 comitê, outras estão entrando agora. Sendo assim, a capacitação sobre a atuação do comitê é
78 importante para nivelar os conhecimentos dos conselheiros. Começa a transmissão do vídeo. **V**
79 **Apresentação: Avaliação da implementação do Plano Diretor de Recursos Hídricos da**
80 **Bacia Hidrográfica do Rio Verde:** o Sr. Allan de Oliveira Mota, da Gerência de Planejamento
81 de Recursos Hídricos inicia sua apresentação sobre a fase de implementação do Plano Diretor da
82 Bacia. Ele explica que, como não existia uma metodologia prévia a ser aplicada, optou-se por
83 definir valores de implementação pra cada ação prevista no PDRH, que tem duração de 20 anos
84 e ressalta que já se passaram 8 anos desde a publicação. O Sr. Allan lista algumas dificuldades
85 enfrentadas para a implementação, como custos, soluções para o arranjo institucional, que é
86 complicado; relata que é difícil o levantamento de dados para a aplicação dos indicadores e
87 lembra que o planejamento é feito pelo Estado, mas a execução fica a cargo dos municípios. A
88 ausência de agências de bacia e da implementação de cobrança são também desafios para a
89 gestão. O Sr. Allan informa que, nos dados de hoje, estão 34% dos conselheiros presentes e esse
90 número não é o suficiente nem mesmo para dar quórum a Assembleia. A educação ambiental e
91 o turismo, segundo ele, são colocados como prioritários na bacia. O Sr. Allan irá deixar o
92 relatório de avaliação e implementação, que será encaminhado para todos. Ele observa que é
93 preciso que os conselheiros conheçam o Plano Diretor da Bacia, pelo menos o Plano de Ação,
94 para acompanhar continuamente a sua implementação, sendo importante também criar uma
95 câmara técnica de acompanhamento de implementação do PDRH. Ele propõe também a
96 realização de um seminário de saneamento, agradece a todos e passa a palavra à Sra. Stella. A
97 Sra. Stella informa aos prefeitos e secretários presentes que o Comitê irá encaminhar um
98 questionário a todas as Prefeituras Municipais e pede a gentileza que os municípios respondam
99 no sentido de atualizar o banco de dados do CBH. O Sr. Alexandre Augusto, Prefeito Municipal
100 de Itamonte pede a palavra, contando de sua trajetória dentro dos Comitês de Bacia e falando



101 sobre a importância da integração entre o comitê e os municípios. Ele acredita que a cobrança
102 precisa ser encarada como um instrumento de gestão necessário. **VI Apresentação: Rompendo**
103 **a controvérsia das águas - uma proposta de novo arranjo institucional para as águas**
104 **minerais no Brasil:** O Sr. Pedro Portugal, Professor no Centro Universitário do Sul de Minas,
105 inicia sua apresentação relembrando que as águas minerais não são consideradas como água,
106 mas sim como minério e a maioria dos países do mundo entende água exclusivamente como
107 recurso hídrico. Ele enfatiza que o consumo de águas engarrafadas no mundo cresce muito mais
108 que de outros líquidos e no Brasil as empresas acabam não pagando devidamente por sua
109 matéria prima principal. Ele explica como a definição legal impacta a vida das pessoas e pode
110 levar a conflitos pelo acesso à água. O Professor Pedro retoma o histórico, contando que antes
111 do Código de Minas, instituído em 1934, água era considerada recurso hídrico e apenas a água
112 mineral era minério, mas a partir do Código das Águas de 1945 a água convencional potável de
113 mesa (engarrafada que cumpre critérios de portabilidade estabelecidos) também foi considerada
114 minério. Segundo dados publicados recentemente, 10% dos municípios brasileiros possuem
115 reservas de água com propriedades minerais. Ele discute a proposta de integração para
116 mudanças institucionais das águas minerais, a sistematização de uma diferenciação de águas
117 minerais e medicamentosas, bem como o reconhecimento da importância histórica, social e
118 econômica destas águas. O Sr. Pedro agradece a todos e se coloca à disposição para colaborar
119 quando necessário. A Sra. Stella agradece à ONG Nova Cambuquira e ao Professor Pedro
120 Portugal, que sempre auxiliam o Comitê na questão de águas minerais. Os conselheiros
121 discutem sobre enquadramento de águas superficiais. A Sra. Stella informa que o
122 enquadramento é estabelecido por ato legal, logo os municípios devem manter a classe que foi
123 publicada. O Sr. Allan entende que podem ainda ser estabelecidas metas intermediárias para
124 atingir classes superiores. A Sra. Maria Antônia, da Sociedade Amigos do Parque das Águas –
125 AMPARA, ressalta a importância de estudos sobre as águas minerais no sentido de
126 fornecimento de dados para entender a influência da exploração no balanço hídrico da bacia. **VII**
127 **Nova Logomarca CBH Verde – Avaliação e aprovação:** A nova logo proposta é apresentada
128 e os conselheiros solicitam novos ajustes. A Sra. Stella irá repassar ao IGAM as solicitações
129 para tentar apresentar novamente a logomarca na próxima reunião. **VIII Notícias do ENCOB:**
130 O ponto de pauta ficou adiado para a próxima reunião, devido ao horário, que já estava muito
131 avançado. **IX Ofícios recebidos e enviados: 1.** A Sra. Stella informa rapidamente que o Comitê
132 recebeu uma Manifestação da Sociedade Civil de Três Corações contendo informações e
133 questionando o projeto de uma termoelétrica, que solicitou licenciamento para ser instalada
134 naquela cidade. A Sra. Stella informa que esteve presente na Audiência Pública, ocorrida em
135 Três Corações no dia 04 de julho, quando a sociedade civil fez grande oposição à instalação do
136 empreendimento, que pretende usar a queima de pneus como geração de energia – projeto muito
137 controverso. A Sra. Stella informa que se pronunciou em nome do CBH Verde, levantando
138 questionamentos e ressaltando que o comitê não foi oficialmente informado sobre o
139 licenciamento, o que deveria ter ocorrido, já que o processo de produção envolverá uso de água
140 da Bacia do Rio Verde. **2.** Foi enviado um ofício Fórum Nacional de Comitês de Bacias
141 Hidrográficas, ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas, à Agência Nacional de Águas e à
142 Agência Nacional de Mineração sobre a problemática da gestão das águas minerais, bem como
143 uma Proposta de Moção sobre o tema para o Fórum Nacional de Comitês de Bacias
144 Hidrográficas. **X Assuntos gerais / Informes:** Não houveram informes. **XI Encerramento:** A
145 Sra. Stella agradeceu imensamente a presença de todos e declarou encerrada a sessão. **XII**
146 **Almoço XIII Visita ao Instituto SuperAÇÃO e ao Prédio da UAITEC:** Depois do almoço
147 todos foram convidados a conhecer o Instituto SuperAÇÃO, onde funciona a sede provisória do
148 CBH Verde e a visitar o prédio da UAITEC, onde foi inaugurada a sede do Comitê na sala
149 cedida pela Prefeitura Municipal de Itanhandu.



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde - CBH-Verde
Instituído pelo Decreto Estadual nº 39.910 de 22/09/98
Av. Castelo Branco, 82 - Chácara das Rosas
CEP 37410-000 - Três Corações - MG
Fone: (35) 3239-1227 - E-mail: cbhverde@unincor.br

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

APROVAÇÃO DA ATA

Stella Souza Guida
Presidente

Ana Lucia Pilz Borba
Secretária